

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENÇAS

Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Pinto Carreira e os senhores vereadores Agostinho Jorge Paiva Ribeiro, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira e Jorge Guedes Osório Augusto.

AUSÊNCIAS

Justificadas a ausência do senhor Presidente da Câmara Municipal Francisco Manuel Lopes por se encontrar, na Rússia, em representação do Município, do senhor Vereador Manuel José Carmo Coutinho por se encontrar de férias e da senhora Vereadora Margarida José César Osório Silva Duarte por motivos pessoais.

SECRETARIOU

Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD 02)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

CARTA EMANADA DA COMUNIDADE DE SANT' EGIDIO (COD 08)

Presidente

Secretário

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento do teor da carta emanada da Comunidade de Sant' Egidio, de Roma, Itália, datada de 14 de Setembro de 2011, a qual refere que esta Comunidade criou o dia mundial das cidades contra a Pena de Morte que se comemora a 30 de Novembro de 2011, solicitando à Câmara Municipal de Lamego a possibilidade de ser incluída numa lista de honra de cidades envolvidas nesta luta e a fazer parte de uma página especial do website da referida comunidade.

Assim, caso haja interesse nesta iniciativa, solicita-se que sejam indicadas cinco figuras do panorama político ou cultural local para servirem como porta-vozes desta iniciativa.

Deliberado: Retirado da ordem de trabalhos, volta para a próxima reunião.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Agostinho Ribeiro**, no uso da palavra, referiu que tinha dois comentários a fazer. Um de cariz positivo e outro negativo.

O positivo diz respeito às Festas de Nossa Senhora dos Remédios. Na verdade que tiveram uma enorme adesão, correram muito bem e de uma forma muito positiva, mesmo tendo em consideração o controlo de despesas.

No segundo comentário, questionou o senhor Vice-Presidente da Câmara sobre a obra do Pavilhão Multiusos que estava previsto terminar em finais de 2008 perguntando quem fiscaliza aquela obra. Consta por aí que já está concluído, mas continua fechado sem se saber o que vai acontecer e qual o seu destino e finalidade. Daí perguntou se já existe uma data previsível para a sua abertura.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** informou que a Câmara de Lamego tem feito um esforço enorme, no presente mandato, na contenção das despesas. No que diz respeito às Festas em honra de Nossa Senhora dos Remédios, apesar da redução de custos, procurou-se manter a mesma qualidade de outros anos, sendo certo que, de uma forma geral se cumpriu, uma vez mais a tradição, constatando-se uma grande adesão da população, não tendo ocorrido qualquer incidente digno de registo. Assim sendo, poderemos continuar a considerar a festas da cidade de Lamego como a Romaria de Portugal, o que tem sido conseguido com o esforço de muitos, pelo que também caberá aqui uma palavra de reconhecimento e de gratidão a todos aqueles que contribuíram para a sua realização.

Presidente

Secretário

No que diz respeito á abertura do pavilhão Multiusos, esclareceu o Sr. Vereador que tal questão, sendo recorrente nas suas intervenções, podia adiantar que é previsível que a mesma ocorra em Janeiro de 2012.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (COD 43)

O senhor Vice-Presidente da Câmara, tendo em conta a necessidade de reforço de certas classificações, deu conhecimento ao executivo da 10.^a alteração ao Orçamento da Despesa, no montante de 296.900,00€, reforçando-se as despesas relativas às transferências para as freguesias, da 10.^a alteração ao Plano de Actividades anulado em 180.550,00€ e reforçado no mesmo montante e da 10.^a alteração ao Plano de Investimentos anulado em 157.000,00€ e reforçado em igual montante.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA (COD 55-A)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao executivo do resumo diário de tesouraria, datado de 19 de Setembro de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 06.09.2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 6 de Setembro de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

02-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES (COD 01)

REQUERENTE: TÂNIA CÁTIA RODRIGUES CARDOSO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 442/01/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, a senhora Tânia Cátia Rodrigues Cardoso

Presidente

Secretário

solicitou o pagamento em 12 prestações da dívida de água referente à instalação nº 23951, pelo que de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 15º do regulamento Geral de Taxas e Licenças, em vigor neste Município, propõe à Exma. Câmara a apreciação e deliberação do referido pedido.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, autorizando o pagamento da dívida de água em 12 prestações mensais.

03-ASSUNTO: OFÍCIO EMANADO DO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR (COD 08)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do ofício emanado do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, contendo em anexo, manifesto pela modernização da linha de comboio Porto – Vigo, assinado no dia 12 de Setembro do corrente ano, em Viana do Castelo.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

04-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 24/2010 (COD 17)

ARGUIDA: MARIA SOARES ARAÚJO DE AZEVEDO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 443/17/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do despacho, datado de 17 de Novembro de 2009, proferido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

05-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 144/2009 (COD 17)

ARGUIDO: CARLOS MANUEL DOS SANTOS PEREIRA

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 444/17/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

06-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 142/2009 A QUE FOI APENSADO O PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 164/2009 (**COD 17**)

ARGUIDO: JOSÉ AGOSTINHO DA FONSECA PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 445/17/11 do senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, no uso da competência subdelegada, por força das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65.º e alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11.01, através do despacho, datado de 17.11.2009, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, segundo a qual propõe que a Câmara determine a remessa dos presentes autos ao Exmo. Sr. Procurador Adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Lamego, para que se digne promover a respectiva execução, como determina os n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Geral das Contra-Ordenações e Coimas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

07-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 150/2009 (**COD 17**)

ARGUIDO: DOMINGOS PINTO NOBRE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 446/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, se proceda ao arquivamento do processo contra-ordenação n.º 150/2009, instaurado a Domingos Pinto Nobre, atento o disposto nos

Presidente

Secretário

artigos 127º e 128º, nº 1, ambos do Código Penal, aplicáveis *ex vi* artigo 32º e 90º, nº 1 do Regime geral das contra-ordenações e coimas devidamente adaptados ao processo de contra-ordenacional, notificando-se o filho do arguido, Manuel Espírito Santo Nobre, dessa decisão.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

08-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 157/2009 (COD 17)

ARGUIDA: LURDES DO CARMO SOUSA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 447/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, se proceda ao arquivamento do processo contra-ordenação n.º 157/2009, instaurado a Lurdes do Carmo Sousa, atento o disposto no artigo 277º do Código de Processo Penal, aplicável *ex vi* artigo 32º do Regime geral das contra-ordenações e coimas devidamente adaptados ao processo de contra-ordenacional. Mais propõe a instauração de procedimento contra-ordenacional a Maria de Lurdes do Carmo Costa Teixeira Campos, pela eventual prática dos factos constantes na participação dos serviços municipais, datada de 29 de Outubro de 2008 e a extracção de cópia autenticada das informações n.º 609/DMSU, datada de 29/10/2008, dos levantamentos topográficos juntos aos autos, da presente proposta de deliberação e decisão da Câmara Municipal.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos precisos termos propostos.

09-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 157/2009 (COD 17)

ARGUIDO: FERNANDO MANUEL CARMO CORREIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 448/17/11 do senhor Vereador do Urbanismo para que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54º e artigo 58º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, seja aplicado ao arguido, Fernando Manuel Carmo Correia, pela conduta contra-ordenacional referida, a coima de 400 € (quatrocentos euros), nos termos do n.º 1 do artigo 95º do Regulamento dos Sistemas Municipais de Distribuição de Água, Drenagem de Águas Residuais e tarifário do Município de Lamego.

Mais propõe que se notifique, nos termos do n.º 2 do artigo 46º e artigos 47º e 58º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, e se informe o arguido de que esta

Presidente

Secretário

decisão transitará em julgado, tornando-se exequível, se não for impugnada judicialmente, através de recurso escrito, no prazo de 20 dias, a contar da data da notificação, do qual constem alegações sumárias e conclusões, que deverá ser presente à Autoridade Administrativa ao abrigo do disposto no artigo 59º e seguintes do Decreto-Lei nº 433/82 de 27 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei 244/95 de 14 de Setembro. Dispõe de um prazo de 10 dias, subsequentes àqueles vinte, ou seja, após o carácter definitivo ou o trânsito em julgado da decisão de aplicação da coima, para liquidar a mesma, pelo que o pagamento, nesse caso, deverá efectuar-se na Tesouraria deste Município, nos termos do disposto no artigo 88º do mesmo diploma, mediante guias que o arguido deve solicitar no Gabinete de Atendimento ao Público desta Câmara Municipal.

No caso de ser impossível ao arguido efectuar o pagamento da coima aplicada no prazo referido, deverá o facto ser comunicado à Exma. Câmara Municipal, por escrito e com a devida antecedência, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 88º do citado Decreto-Lei, sendo que em caso de entrega de requerimento para efeitos de adiantamento ou pagamento em prestações, deverá ser feita a junção de documentos comprovativos e actualizados da situação económica do arguido (declaração de IRC, IRS, certidões das finanças, da junta de freguesia, etc.) Decorrido o prazo para o pagamento da coima sem que a mesma seja liquidada na Tesouraria da Câmara Municipal de Lamego ou tenha sido entregue requerimento para os efeitos mencionados no parágrafo anterior, será o processo remetido ao Tribunal da Comarca de Lamego para efeitos de execução, ao abrigo do disposto no artigo 89º do normativo legal em referência.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS NO ESQUENTADOR DEVIDO A EXCESSO DE PRESSÃO DE ÁGUA (COD 17)

REQUERENTE: FRANCISCO MORAIS LEITÃO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 449/17/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da participação interna de sinistro n.º 12/PAT/MCA, em que dá conhecimento que o senhor Francisco Morais Leitão endereçou um requerimento, no sentido de ser ressarcido do valor de 54,12€, necessário para proceder à reparação do esquentador, cujo hidrogerador

Presidente

Secretário

rebentou, devido ao excesso de pressão de água da instalação n.º 2916, zona 47, sita no lote n.º 4 do Lugar do Barreiro, freguesia de Sande.

Esta informação é corroborada pela Divisão de Manutenção e Serviços Urbanos, que informa, que houve de facto, uma avaria na válvula redutora de pressão, susceptível de causar este tipo de dano.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que aprecie o pedido de indemnização, no sentido de ser ressarcido do valor de 54,12€.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, no sentido de ser ressarcido do valor de 54,12€.

11-ASSUNTO: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO ESCOLAR DE LAMEGO (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 462/20/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da minuta do protocolo entre o Município de Lamego e a Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego, que visa criar as condições para garantir o normal funcionamento do Centro Escolar de Lamego, nomeadamente no apoio ao fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, às actividades curriculares, à manutenção das instalações e ao serviço de portaria e vigilância.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja aprovado o Protocolo, nos termos da alínea l), do nº 1 do artigo 64º e artigo 67º, ambos da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que define o pagamento à Associação de Freguesias do Norte do Município de Lamego, da quantia de 46.000,00€ (quarenta e seis mil euros), em que 18.400,00€ corresponde ao ano de 2011 (de Setembro a Dezembro) e 27.600,00€ ao ano de 2012 (de Janeiro a Junho).

Deliberado: Aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro que declarou que: “Abstive-me pelas mesmas razões que me levaram à abstenção nos casos similares, referentes aos outros dois centros escolares do concelho de Lamego. Continua por demonstrar devidamente a decisão de transferir verbas de montantes diferentes para fazer face ao mesmo tipo de necessidades e de serviços prestados.”

Presidente

Secretário

12-ASSUNTO: PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAMEGO E A UNIVERSIDADE LUSÓFONA DO PORTO (**COD 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 463/20/11 da senhora Vereadora da Educação, Acção Social e Cultural, para que seja aprovada a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Lamego e a Universidade Lusófona do Porto, relativo à atribuição de Bolsa de Estudo a residentes no Concelho de Lamego.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

13-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GUIA/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 26**)**REQUERENTE:** COMISSÃO FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GUIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 450/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao conteúdo da informação n.º 680, datada de 09.09.2011, emanada da DMSU, seja ratificado o seu despacho, datado de 13.09.2011, no qual autorizou a realização das Festas em honra de Nossa Senhora da Guia, no Barroncal na freguesia de Ferreirim, no dia 10 e 11 de Setembro de 2011, organizadas pela Comissão de Festas.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

14-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DOS MENINOS/RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD 26**)**REQUERENTE:** COMISSÃO FESTAS DE NOSSA SENHORA DOS MENINOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 451/26/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao conteúdo da informação n.º 654, datada de 23.08.2011, emanada da DMSU, seja ratificado o seu despacho, datado de 06.09.2011, no qual autorizou a realização das Festas em honra de Nossa Senhora dos Meninos, no Largo do Chafariz, no Bairro da Ponte, freguesia da Sé, nos dias 17 a 19 de Setembro de 2011, organizadas pela Comissão de Festas.

Presidente

Secretário

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

15-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: MARIA FILOMENA DE JESUS CRUZ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 452/31/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, a senhora Maria Filomena de Jesus Cruz, moradora na casa 13 do 1.º andar, do Bloco A2 sito no Bairro da Feira, possui rendas de habitação em atraso no valor de 287,92 € (duzentos e oitenta e sete euros e noventa e dois cêntimos), o que de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €.

No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá a Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em prestações.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja deferido o pagamento em seis prestações, cinco no valor de 47,99 € (quarenta e sete euros e noventa e nove cêntimos) e uma no valor de 47,97 € (quarenta e sete euros e noventa e sete cêntimos).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

16-ASSUNTO: PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA DÍVIDA DA RENDA DA HABITAÇÃO (COD 31)

REQUERENTE: VASCO PINTO VARGAS SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 453/31/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, o senhor Vasco Pinto Vargas Silva, morador do 3.º Esq., do Bloco B sito no Bairro da Qta. de Santo António, possui rendas de habitação em atraso no valor de 150,03 € (cento e cinquenta euros e três cêntimos), o que de acordo com a legislação em vigor, lhe confere o direito de proceder ao pagamento em prestações, desde que estas não excedam

Presidente

Secretário

em caso algum o n.º de 36 e o valor de qualquer uma delas não seja inferior a uma unidade de conta, que este ano se cifra na quantia de 102,00 €.

No entanto, e em casos de notória e comprovada debilidade económica, como é o caso desta família, o que se pode facilmente aferir atentando aos documentos comprovativos dos rendimentos, poderá a Câmara Municipal, extraordinariamente, deferir o pagamento em prestações.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal que seja deferido o pagamento em quatro prestações, três no valor de 37,50 € (trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) e uma no valor de 37,53 € (trinta e sete euros e cinquenta e três cêntimos).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

17-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E DE IMPOSTOS MUNICIPAIS (COD 33-A)

REQUERENTE: DOMINICANAS DE NOSSA SENHORA DA EUCARISTIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 453/31/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, as Dominicanas de Nossa Senhora da Eucaristia solicitaram isenção do pagamento de taxas e de impostos municipais, contudo face ao teor da informação n.º 361/DFP/AO de 5 de Setembro de 2011, as pessoas jurídicas canónicas constituídas pelas competentes autoridades eclesásticas para a prossecução de fins religiosos não estão isentas do pagamento das taxas municipais.

Assim, propõe à Exma. Câmara Municipal que:

- 1) Não estando isentas, podem contudo, ser dispensadas total ou parcialmente do pagamento das taxas, nos termos do artigo 26º do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego, mediante deliberação da Câmara Municipal sobre proposta devidamente fundamentada, e para um caso concreto, e desde que as intervenções não tenham sido iniciadas clandestinamente.
- 2) Para que seja concedido a dispensa total ou parcial por força do regulamento municipal, deverá ser instruído o pedido de acordo com o artigo 27º.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta, mostrando disponibilidade para, caso a caso, dispensar a requerente do

Presidente

Secretário

pagamento total ou parcial das taxas municipais, devendo, no entanto, ser observados os procedimentos nela descritos.

18-ASSUNTO: REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO (COD 42)

REQUERENTE: CAVES DA RAPOSEIRA, S.A.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA RAPOSEIRA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 455/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em que dá conhecimento que a requerente solicitou ao abrigo do regulamento de Incentivos à Fixação, Reconversão e Modernização Económica do Concelho de Lamego que lhe fosse concedido o incentivo pela emissão da autorização de utilização, cuja taxa a pagar é de 19.197,02 €.

Face ao exposto propõe à Exma. Câmara, nos termos do disposto no artigo 7º do referido Regulamento, que aprecie o pedido da requerente, atendendo o disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Deliberado: O executivo deliberou, por unanimidade, conceder os incentivos solicitados em 50%, pela emissão da autorização de utilização solicitada.

19-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO (COD 42)

REQUERENTE: AUTO CAMPOS & CAMPOS – OFICINA DE ASSISTÊNCIA E REPARAÇÃO AUTOMÓVEL

LOCAL DA OBRA: LUGAR DOS NOVAIS - SANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 456/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 2742/DUDE, de 06 de Julho de 2011, e nos termos do n.º 5 do artigo 38.º, do Regulamento do PDM, propõe que seja deliberado o interesse concelhio da pretensão referida em epígrafe, a fim de ser permitida a sua construção, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 38.º, do referido Regulamento.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

20-ASSUNTO: ALTERAÇÃO DA FACHADA EXTERIOR (COD 42)

REQUERENTE: VASCO PINTO VARGAS SILVA

LOCAL: QUINTA DE SANTO ANTÓNIO, LOTE 32, BL. B, 3º ESQ.

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 457/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 3189/DUDE, de 11 de Agosto de 2011, o requerente em 18 de Maio de 2011, na qualidade de arrendatário do imóvel referenciado em epígrafe, solicita que o senhor Presidente da Câmara, na qualidade de senhorio em representação do Município, o autorize a fechar a varanda por questões de segurança.

Em 13 de Junho de 2011, por seu despacho, o pedido foi indeferido com base nos pareceres proferidos pelo Chefe da DUDE e Chefe da DOM, tendo sido o requerente notificado do indeferimento através do ofício n.º 6846/PAT de 30 de Junho de 2011.

De acordo com a informação n.º 31/DEASC de 9 de Agosto de 2011, em que dá conhecimento que o arrendatário procedeu ao encerramento da varanda colocando caixilharia e alterando, assim, a linguagem exterior do edifício.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que delibere ordenar a demolição das obras executadas clandestinamente ao abrigo do n.º 1 do artigo 106º do RJUE.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ordenar a demolição das obras executadas clandestinamente, nos termos propostos.

21-ASSUNTO: PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE (COD 42)

REQUERENTE: DÍDIMO DE JESUS RAMOS

LOCAL: LUGAR DE MAGUSTIM - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 458/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que, face ao teor da informação n.º 2732/DUDE, de 6 de Julho de 2011, e nos termos do n.º 9, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, seja deferido o pedido de destaque de parcela e emissão da respectiva certidão.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

22-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE DE RESTAURAÇÃO (COD 42)

PROPRIETÁRIA: MAFALDA SOFIA RIBEIRO CABRAL MENDONÇA

ARRENDATÁRIA: SUSANA PAULA DO CARMO SILVA SANTOS

LOCAL DA OBRA: URB. QTA. S. SEBASTIÃO TORRINHAS - ALMACAVE

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 459/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que seja homologado o auto de vistoria n.º 39 de 6 de Julho de 2011, e que se notifique a arrendatária para proceder à remoção de todo o mobiliário existente no 1º andar e vedar o seu acesso ao público, dando-se conhecimento à proprietária.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

23-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLECTIVA (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA & RIBEIRO DOS SANTOS, LDA.

LOCAL DA OBRA: LUGAR DOS BARREIROS - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 464/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que seja homologado o auto de vistoria n.º 47, de 14 de Setembro de 2011, para recepção provisória das obras de urbanização do processo com o alvará n.º 130/09, reduzindo-se o valor da caução para 31.813,78€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

24-ASSUNTO: ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/98 (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ DA SILVA & RIBEIRO DOS SANTOS, LDA.

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE S. VICENTE - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 465/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para que seja homologado o auto de vistoria n.º 45, de 2 de Setembro de 2011, para recepção definitiva das obras de urbanização do loteamento com o alvará n.º 6/98 e a consequente extinção da caução, promovendo-se o cancelamento da garantia bancária.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

25-ASSUNTO: PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VALOR POR PAGAMENTO EM DUPLICADO DE FOTOCÓPIAS AUTENTICADAS (COD 42)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 466/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que vem acompanhada da informação nº. 391-A,

Presidente

Secretário

datada de 12 de Agosto último, do Assistente Técnico que exerce as suas funções no Gabinete de Atendimento ao Munícipe (G.A.M.), João Pedro Marques, informando que, por lapso ocorrido nos Serviços, foi efectuado um pagamento em duplicado referente a um pedido de fotocópias, no âmbito de um processo relacionado com um projecto de Hotel Turístico, sito na Quinta de Casaldronho, freguesia de Valdigem, concelho de Lamego.

O fornecimento de cópias, em duplicado, e o consequente pagamento levaram a que a Senhora Dália Maria dos Santos Cardoso, apresentasse uma reclamação, na qual solicita a devolução da importância paga indevidamente.

Os factos e os devidos esclarecimentos prestados pelos Serviços competentes encontram-se vertidos na informação acima referida, para a qual se remete, tendo-se concluído que, para o mesmo pedido, houve lugar a dois pagamentos. O primeiro no montante de € 283,80 e o segundo no valor de €153,03.

A discrepância existente resulta da diferente interpretação da Tabela de Taxas e Licenças em vigor no Município feita pelos funcionários do GAM.

Resulta, todavia, claro que para o mesmo pedido houve lugar a dois pagamentos, pelo que propõe à Exma. Câmara Municipal a devolução da importância cobrada indevidamente.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta, devolvendo-se o valor de 283,80 € cobrado indevidamente.

26-ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA APROVADOS (**COD 42**)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura aprovados de obras particulares, no mês de Agosto de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

27-ASSUNTO: LISTAGEM DAS OBRAS PARTICULARES – PROJECTOS DE ARQUITECTURA INDEFERIDOS (**COD 42**)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo dos projectos de arquitectura indeferidos de obras particulares, no mês de Agosto de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

28-ASSUNTO: RESUMO DA ACTIVIDADE DA DIVISÃO DE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (COD 42)

O senhor Vereador do Urbanismo deu conhecimento ao executivo do relatório da actividade da Divisão de Urbanismo e Desenvolvimento Económico Desenvolvido durante o mês de Agosto de 2011.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

29-ASSUNTO: PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO COM 799,85 M2, QUE FORAM CEDIDOS PARA O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, POR FORÇA DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 7 /2000 (COD 47)**REQUERENTE:** OBRIPALAVRA SOCIEDADE DE QUOTAS, LDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 460/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, na sequência do pedido da sociedade por quotas, Obripalavra, pessoa colectiva n.º 507 790 391, de aquisição de uma parcela de terreno com 799,85 m2, que foram cedidos para o domínio público municipal, por força do alvará de loteamento n.º 7 /2000, a fim de proceder ao alinhamento de extremas foi emitida a informação n.º 587/DUDE, de 2011/02/03, e a informação n.º 158/DFP/AO de 2011/04/14, dando conhecimento que a parcela de terreno não tem qualquer utilidade, para o domínio público, não se encontra ajardinada, a população não tira qualquer benefício desta parcela, encontra-se coberta de mato, situa-se junto dum grande aglomerado populacional (Quinta de S. Vicente), contendo muito material combustível, constituindo por isso, um risco de incêndio acrescido para o citado aglomerado. Este local, como se encontra numa zona sem qualquer utilização é utilizado como vazadouro de lixo, propiciando a concentração de roedores e espécies rastejantes.

A referida parcela de terreno tem 799,85 m2, localizada na *Quinta de S. Vicente*, freguesia de Almacave, que confronta de Norte e Poente com *Obripalavra*, Sul com o domínio público e de Nascente com Francisco Pereira Marinho, valor da parcela: 9.454,23 €.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal se é ou não de autorizar a desafecção ao domínio público da parcela de terreno em causa, uma vez que se

Presidente

Secretário

trata de uma área sobrando do loteamento, sem qualquer utilidade para o domínio público.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, autorizar a desafecção ao domínio público da referida parcela de terreno, nos termos propostos, com o voto contra do senhor Vereador Agostinho Ribeiro, que justifica a sua posição com fundamento no teor do parecer técnico de indeferimento dos serviços do Urbanismo.

30-ASSUNTO: Hasta pública para venda de quatro edifícios das antigas escolas primárias (COD 47)

COMPRADOR: Raul António Nunes Martins da Mota

LOCAL: Quinta de Tourais, Bogalheira - Cambres

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lamego deu conhecimento ao executivo da alienação por hasta pública realizada a 1 de Setembro de 2011, do edifício da escola da Bogalheira, inscrito na matriz urbana da freguesia de Cambres, sob o artigo n.º 2096, descrito na C.R.P. sob o n.º 01773/20080222, composto por 1 pavimento e logradouro, com uma área total de 1.298,45 m2, uma área coberta de 98,45 m2 e descoberta de 1.200,00 m2, pelo valor de 70.000,00 € (setenta mil euros), ao senhor Raul António Nunes Martins da Mota.

Mais informou, que os edifícios das antigas escolas de Valclaro, Quintela e Matancinha, não foram licitados, uma vez que não houve interessados na sua aquisição.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

31-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 461/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 653/DMSU, de 23 de Agosto de 2011, seja colocada a seguinte sinalização de trânsito na entrada da Messe de Sargentos na Av. 5 de Outubro:

- zona de estacionamento proibido (G2a) acompanhado do painel adicionado M10a (excepto viaturas autorizadas pelo CTOE), na entrada da Messe de Sargentos, do lado direito, a aproximadamente 5m da Av. 5 de Outubro.

Presidente

Secretário

A sinalização referida está regulamentada pelo Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

32-ASSUNTO: ESTUDO DE AVALIAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA NACIONAL NO DOURO SUL (IC 26 – LAMEGO/TRANCOSO) (**COD 62**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 467/62/11 do senhor Vereador das Obras Municipais e Desenvolvimento Económico que vem acompanhada do parecer da Comissão de acompanhamento do estudo de avaliação da Rede Rodoviária Nacional do Douro Sul (IC 26 – Lamego Trancoso), tecendo as seguintes considerações: “- relativamente ao relatório ambiental, não se vislumbra nenhum inconveniente na emissão de parecer favorável, face aos elementos apresentados; - quanto à proposta de rede rodoviária, a comissão entende que os elementos apresentados carecem de maior especificidade, no entanto, consideram-se com viabilidade os Cenários B e C, pelo que poderá ser emitido parecer favorável.

Considerando o grau de saturação do Nó A24/EN226 e da Av. Egas Moniz (actualmente acima dos 90/100%), principal entrada da cidade de Lamego, o parecer favorável deveria ser condicionado à execução da ligação do IC26 ao nó da Rotunda Fernando Amaral ou Rotunda Rui Valadares, permitindo assim, um bom desempenho da rede rodoviária”.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara Municipal que analise e aprove o parecer emitido.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer emitido pela Comissão de acompanhamento do estudo de avaliação da Rede Rodoviária Nacional do Douro Sul (IC 26 – Lamego Trancoso), cuja aprovação deverá ser comunicada ao INIR – Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias IP.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18

Presidente

Secretário

de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

33-ASSUNTO: PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO DA FRACÇÃO, QUE VAI SER OBJECTO DE PERMUTA COM A CRUZ VERMELHA (COD 56)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO INFANTÁRIO E JARDIM INFANTIL “O PINTINHAS”

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 468/56/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal a qual refere que, na sequência da reunião da Câmara Municipal, realizada em 2011/05/17, foi aceite a proposta de permuta das seguintes fracções comerciais:

1) Fracção propriedade da Cruz Vermelha: loja comercial com a forma rectangular composta por dois sanitários, um corredor e uma sala, com a área matricial de 91,50 m2 inscrita na Matriz Predial Urbana de Lamego (Almacave) sob o n.º 2310, fracção H, e encontra-se inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00841.

2) Fracção propriedade do Município de Lamego: loja comercial com a forma de U composta por dois sanitários, um corredor e três salas, com a área matricial de 170,00 m2 inscrita na Matriz Predial Urbana de Lamego (Almacave) sob o n.º 2319, fracção G, e encontra-se inscrito na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00850. Actualmente a fracção encontra-se devoluta, após o encerramento do Jardim Infantil. Ainda não foi possível outorgar a escritura de permuta com a Cruz Vermelha, devido há falta de documentação.

A Associação Infantário e Jardim Infantil “o Pintinhas”, assinou em 19/05/2006, por um período de vinte anos, com a Câmara Municipal de Lamego, um protocolo para a cedência das instalações, onde tem a sua sede desde 1982, na Rua Dr. António Carlos Guedes, n.º 6, rés-do-chão direito e esquerdo – Bairro de Alvorações.

Actualmente, devido ao aumento da procura, atendendo à conjuntura económica que se apresenta, e como este infantário tem como objectivo único o apoio de Creche e Jardim de Infância, e sendo uma IPSS, de acordo com o protocolo existente com a Segurança Social, tem como principais utilizadores os filhos da população com mais dificuldades económicas.

Presidente

Secretário

Novamente, foi formalizada no corrente ano, uma candidatura ao programa PRODER, com vista a cativar financiamento para executar obras de remodelação e adaptação das instalações existentes, bem como obras de ampliação, uma vez que para manter o funcionamento é necessária mais uma sala de creche.

Para que seja possível ampliar as instalações do Pintinhas, é necessária a cedência gratuita da fracção com a área matricial de 91,50 m2 inscrita na Matriz Predial Urbana de Lamego (Almacave) sob o n.º 2310, fracção H, que se encontra inscrita na Conservatória do Registo Predial de Lamego sob o n.º 00841, só podendo ser concretizado após a escritura de permuta com a Cruz Vermelha.

Face ao exposto, e considerando o apoio que o Jardim Infantil o Pintinhas tem dado ao longo dos anos ao ensino pré-escolar, propõe à Exma. Câmara Municipal a cedência por comodato por um prazo de quinze anos, da fracção H, artigo 2310, inscrita na CRP sob o n.º 00841, da freguesia de Almacave, nos termos da aliena b) do n.º 4 do artigo 64º, e do artigo 67º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberado: Aprovada por unanimidade, nos termos propostos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. Maria Eugénia Duarte Ribeiro, de Vila Lobos, Magueija;
2. José Manuel Teixeira Monteiro;

1. A senhora D. **Maria Eugénia Duarte Ribeiro**, no uso da palavra, comentou o facto de, no Lugar onde vive – Vila Lobos, na freguesia de Magueija, ainda não ter água, situação que diz não compreender, uma vez que toda a freguesia tem água, excepto naquele lugar. Para reforço desta posição, deixou ficar um ofício de vários moradores daquele lugar, que também não tem água.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu à senhora D. Maria Eugénia Duarte Ribeiro que o assunto exposto já foi objecto de análise na anterior reunião

Presidente

Secretário

pública e que iria inteirar-se do ponto de situação deste assunto, sobre o qual ainda no dia de hoje lhe daria uma resposta.

2. O senhor **José Manuel Teixeira Monteiro** usou da palavra para abordar assuntos relacionados com o Centro Escolar de Lamego. Referiu que as águas pluviais ficam depositadas na entrada da escola prejudicando a passagem das crianças; informou que não havia luz na via pública; que os porteiros não conseguem ter mão nas crianças deixando-os sair, referindo que já houve pequenos acidentes envolvendo as crianças e que estas não foram assistidas devidamente, pois tiveram pequenos ferimentos e só foram lavadas com água, e não foram desinfetadas.

Por fim, referiu que as crianças de S. Geão e Samodães fazem um percurso demasiado longo para se deslocarem para o Centro Escolar, tendo sugerido que os mini-autocarros das Juntas os transportassem pelo Relógio do sol, o que faria com que chegassem mais cedo e em melhores condições físicas.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** questionou se o senhor José Manuel Teixeira Monteiro representava a Associação de Pais e se, nessa qualidade, já tinha informado o Coordenador do Centro Escolar, bem como o Presidente da Associação de Freguesias, dos assuntos referidos.

O senhor **José Manuel Teixeira Monteiro** respondeu que não era o representante da Associação de Pais, mas estava a falar por alguns pais que ali estavam presentes, afirmando que o senhor Coordenador do Centro já tinha conhecimento desta situação, mas que ainda nada tinha comunicado ao senhor Presidente da Junta.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o Centro Escolar é uma infraestrutura nova, de grande qualidade, com todas as condições necessárias a uma melhor qualidade na aprendizagem, por forma a permitir que os nossos jovens tenha acesso com dignidade a um ensino de qualidade. Contudo, como tudo o que é novo e impõe uma mudança, implicará sempre alguns desajustamentos que com o tempo irão ser corrigidos. A iluminação ficará com melhores condições quando tudo estiver concluído, como seja a CEL. De seguida deu a palavra à senhora Vereadora da Educação, Dra. Marina Valle, Vereadora da Educação, para prestar os esclarecimentos que se fossem necessários.

Presidente

Secretário

A senhora Vereadora **Marina Valle**, no uso da palavra, esclareceu os pais ali presentes que foi uma mudança muito grande e que têm de ser tolerantes com estes casos pontuais. As escolas apenas fazem os curativos mínimos como desinfecção de pequenas escoriações e, em casos mais graves as crianças serão encaminhadas para as unidades de saúde. Informou, que as pequenas farmácias já chegaram ao Centro Escolar e, como tal, as crianças já irão ter acesso aos primeiros socorros, porque as escolas não têm de ter ninguém específico da área da saúde. Quando houver necessidades maiores a coordenação da escola faz o devido encaminhamento.

Quanto às entradas e saídas do Centro Escolar, a Vereadora reconheceu a existência de uma certa confusão resultante também de os pais quererem ir buscar as crianças dentro do Centro Escolar. A questão está a ser tratada, quer com o auxílio dos vigilantes e funcionários no encaminhamento para os autocarros, quer no pedido de identificação através de dísticos informativos relativos ao local a que se destinam cada um dos mesmos.

Em relação aos vigilantes/porteiros da escola, estes irão ser alertados para se organizarem e dirigirem devidamente os alunos aos autocarros.

Relativamente à preocupação de se formar um lago de água na entrada do Centro Escolar, em dias de chuva, impedindo as crianças de terem acesso àquele espaço, a Vereadora informou que a Câmara Municipal está atenta, intervindo de imediato se houver necessidade para tal.

De seguida, aconselhou os encarregados de educação a darem conhecimento de todas as situações anómalas quer ao Coordenador do centro, quer ao Presidente da Associação de Juntas, mostrando-se, no entanto, disponível como Vereadora da Educação para os resolver e ouvir sempre que necessário.

Por fim, e em relação às crianças de S. Geão e Samodães, a senhora Vereadora respondeu que as Juntas não têm os referidos transportes, mas que iria ser estudada a situação numa tentativa de minorar os danos.

O mini-autocarro da Junta de Freguesia de Ferreiros de Avões não é suficiente para fazer tal transporte.

Interveio, de seguida, o senhor vereador **Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro**, para afirmar que a falta de água em alguns lugares do concelho de Lamego foi muito criticada pelo actual Presidente de Câmara, antes de ganhar as eleições em 2005,

Presidente

Secretário

afirmando então publicamente que era uma vergonha, e que era inaceitável que em pleno século XXI ainda existissem situações destas no concelho de Lamego. Verifica-se agora, passados seis anos, que este problema ainda subsiste, porque há lugares que ainda não têm água pública, conforme se pode constatar pelas intervenções do público. Isto quer dizer que não só não foi feito o que dizia que ia fazer, para acabar de vez com a tal situação vergonhosa e inaceitável, como constatamos agora que será muito difícil resolver esta e outras situações que ainda subsistem no nosso concelho.

Concorda com o senhor Vice-Presidente da Câmara no que diz respeito às razões técnicas invocadas, que certamente seriam mais ou menos as mesmas que anteriormente se invocavam e daí a razão dos atrasos, mas já no que diz respeito às razões financeiras não as pode aceitar de maneira nenhuma, porque o executivo que afirma não ter meios financeiros para fazer face a tais despesas é precisamente o mesmo que teve, e tem, mais de 70 milhões de euros para a construção do Pavilhão Multiusos, e que ninguém sabe muito bem para que é que irá servir. Esta é exactamente a mesma Câmara que na altura disse que no século XXI era impensável haver pessoas sem água e que, passados seis anos de responsabilidade total e absoluta na gestão camarária, sem quaisquer obstáculos de natureza política, continua sem fazer o que tanto criticou não estar feito antes. Concluiu, dizendo que, com a grave crise que o Município de Lamego e o País atravessam, este problema irá continuar sem resolução, uma vez que não acredita que se possa agora avançar com estas obras tão necessárias.

Relativamente à questão do Centro Escolar, referiu ter gostado da resposta da senhora Vereadora Dra. Marina Valle, porque lhe parece que espelha a sua genuína preocupação e vontade em resolver as questões apresentadas. No entanto entende que a Câmara não acautelou tudo nas devidas condições, e em tempo oportuno, ou seja, antes das aulas terem começado. É claro, ainda assim, que mais vale resolver depois do que não resolver de todo.

Referiu que os cidadãos lamecenses que aqui vêm apresentar as suas questões o fazem muito bem, no exercício de um direito que lhes assiste, independentemente da Associação de Pais estar ou não presente, uma vez que tem a certeza que tal Associação partilha as mesmas preocupações que estes pais aqui nos trazem. É muito saudável verificar que as pessoas têm plena consciência dos seus direitos

Presidente

Secretário

reivindicativos, desde que se façam ouvir no cumprimento das boas regras da educação e do respeito mútuo, que deve prevalecer em todas as circunstâncias.

Disse ainda que se andou a gastar dinheiro a fazer três Centros Escolares, quando bastavam dois, senão mesmo apenas um, por serem mais que suficientes para cobrir as necessidades concelhias, considerando que assim se procedeu uma vez mais da maneira menos acertada, gastando-se dinheiro de forma irresponsável, como agora se pode facilmente constatar, uma vez que irão existir espaços vazios e sem qualquer aproveitamento útil naqueles centros escolares.

Aliás, no panorama político, económico e financeiro actual, e uma vez que se fala muito agora na dívida madeirense, convém aqui lembrar que, proporcionalmente, a situação da Câmara Municipal de Lamego se encontra numa situação tão ou mais grave do que a situação do Governo Regional da Madeira.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondendo ao senhor Dr. Agostinho Ribeiro, disse que o problema de abastecimento de água não é de agora e que as razões apontadas já em anterior reunião de executivo se mostram válidas. A verdade é que tal assunto merece a atenção do actual executivo e tem tido tratamento, sendo que, nesta altura além das razões técnicas acrescem também razões de ordem financeira, por se tratar de uma obra muito cara. O abastecimento de água, sendo uma obrigação municipal, por se tratar da satisfação de uma necessidade colectiva, não deixa de ser uma grande preocupação do executivo que tem, face às circunstâncias actuais, irá procurar responder às solicitações dos munícipes. Acrescentou, porém que estranha a recente preocupação do Sr. Vereador do partido socialista relativamente a esta questão, quando é certo que durante 16 anos de governação socialista no concelho de Lamego, tal problema não foi resolvido, nem tão pouco iniciada a sua resolução. Porém, tal omissão, não nos deixa tranquilos, nem sossegados, pelo que na medida das nossas possibilidades tal assunto será prioritário.

Quanto à dívida da Câmara de Lamego, que compara com a da Madeira, referiu que a Câmara de Lamego não tem dívida oculta, nem a situação económica e financeira do Município tem alguma coisa a ver com a situação daquela região autónoma. Toda a dívida é do conhecimento público e está demonstrada por documentos, sendo certo que qualquer pessoa pode saber em qualquer momento qual é o montante da dívida municipal. Aliás, as contas do município são auditados

Presidente

Secretário

por entidade externa, fiscalizadas pelo Tribunal de Contas e são também dadas a conhecer á Assembleia Municipal. E também não deixa de ser verdade que quando o Sr. Vereador quisesse ou pretender saber mais elementos relativamente ao passivo do Município, pode pedir que todos os dados lhe são ou serão fornecidos e se não sabe mais é porque não quer. No que se refere ao aumento da dívida é ela o resultado dos investimentos feitos no concelho de Lamego, ao longo dos últimos seis anos, sendo um dado inquestionável e objectivo que o concelho está melhor e tem ao seu dispor infra-estruturas que não tinha no tempo do executivo do partido Socialista. Por fim, a dívida municipal, não tem relação, apenas, com os investimentos feitos no concelho, mas também com a conjuntura nacional e internacional, sendo do conhecimento de todos que a administração central, já no tempo do partido Socialista fez cortes ás transferências para as autarquias, sendo um dado objectivo que, de acordo com as regras já definidas o Município de Lamego, em 2013 estará a receber menos, cerca de 2.5 milhões de euros do que recebia em 2009. Assim, a intervenção do Sr. Vereador só se entende, por razões de mera propaganda política, que em nada contribuem para o bem dos munícipes de Lamego.

Novamente, usou da palavra o senhor **Vereador Agostinho Ribeiro**, para corrigir que não se referiu à dívida oculta, mas que apenas falou na dívida pública, quando a mesma foi do conhecimento público de todos os portugueses.

A Madeira tem uma dívida que, tanto quanto se sabe actualmente, ronda os 1.600 milhões de euros, para uma receita anual na ordem dos mil milhões de euros, enquanto que a dívida pública da Câmara Municipal de Lamego, se cifra em 36 milhões de euros, para uma receita anual que não anda longe dos 20 milhões de euros. Ora basta fazer uma comparação percentual para se constatar que as diferenças não são muitas entre estas duas entidades.

34-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

Presidente

Secretário

35-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Vice-Presidente,

A Secretária